Demonstrações Financeiras

Concessionária Águas de Paraty S.A.

31 de dezembro de 2022 e 2021 com Relatório do Auditor Independente

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	
Demonstração dos fluxos de caixa	
Notas explicativas às demonstrações financeiras	



Centro Empresarial PB 370 Praia de Botafogo, 370 8° ao 10° andar - Botafogo 22250-040 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Tel: +55 21 3263-7000

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores da **Concessionária Águas de Paraty S.A.** Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Águas de Paraty S.A. ("Concessionária"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Concessionária, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Concessionária continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Concessionária ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Concessionária.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Concessionária. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Concessionária a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2023.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S Ltda. CRC SP-015199/F

Gláucio Dutra da Silva Contador CRC-RJ090174/O

Balanço patrimonial 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	4.486	5.051
Contas a receber de clientes	7	3.715	3.267
Estoques		141	172
Despesas antecipadas		7	60
Créditos com partes relacionadas	17	47	320
Tributos a recuperar		31	26
Outros ativos		477	47
	•	8.904	8.943
Não circulante	•		
Depósitos judiciais		9	9
Ativo de direito de uso	8	875	88
Imobilizado	9	313	375
Ativo de contrato	10	3.796	1.576
Intangível	11	1.662	1.661
		6.655	3.709
	:	15.559	12.652

Balanço patrimonial 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

Passivo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Fornecedores	12	153	180
Empréstimos e financiamentos	13	8.315	338
Passivos de arrendamento	13	153	102
Obrigações tributárias	14	237	131
Obrigações trabalhistas		530	362
Ônus da concessão		6	5
Débitos com partes relacionadas	17	90	1.732
Outras obrigações		2.840	820
		12.324	3.670
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	13	206	8.468
Passivos de arrendamento	13	751	-
Provisões para contingências	16	-	2
		957	8.470
Patrimônio líquido	18		
Capital social		19.814	19.814
Prejuízos acumulados		(17.536)	(19.302)
		2.278	512
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	=	15.559	12.652

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receita líquida	19	22.995	12.235
Custo dos serviços prestados Lucro bruto	20	(14.987) 8.008	(5.762) 6.473
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	21	(5.687)	(4.954)
Outras receitas operacionais	22	` 641	` 836
		(5.046)	(4.118)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		2.962	2.355
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	23	890	527
Despesas financeiras	23	(1.570)	(661)
		(680)	(134)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		2.282	2.221
Imposto de renda e contribuição social - corrente	15a	(516)	(445)
Lucro líquido do exercício		1.766	1.776

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	1.766	1.776
Total do resultado abrangente do exercício	1.766	1.776

Águas de Jahu S.A.

Demonstração da mutação do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

	Capita	al social			
	Realizado	A integralizar	Prejuízos Acumulados	Patrimônio líquido	
Saldos em 1º de janeiro de 2021	20.744	(930)	(21.078)	(1.264)	
Lucro líquido do exercício		-	1.776	1.776	
Saldos 31 de dezembro de 2021	20.744	(930)	(19.302)	512	
Lucro líquido do exercício		-	1.766	1.766	
Saldos 31 de dezembro de 2022	20.744	(930)	(17.536)	2.278	

Demonstração do fluxo de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício antes dos tributos sobre o lucro	2.282	2.221
Ajustes para reconciliar o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido: Depreciação e amortização	410	359
Juros sobre empréstimos e financiamentos e arrendamentos e amortização de custos de transação sobre empréstimos e financiamentos	1.216	313
Perdas de créditos das contas a receber Provisão (reversão) para contingências	389 (1)	353 (43)
Receita de construção ativo financeiro - PPP	(9.895)	(1.662)
Subsídio tarifário - PPP	(620)	(798)
Variações dos ativos e passivos Perdas de créditos das contas a receber	(804)	(545)
Estoques	` 31	53
Tributos a recuperar Despesas antecipadas	(134) 53	(30) (56)
Outros ativos	(119)	(3)
Fornecedores Obrigações tributárias	(27) 76	132 (390)
Obrigações trabalhistas	168	` 31́
Önus da concessão Partes relacionadas, líquidas	1 (1.369)	1 (1)
Outras obrigações	(8.059)	681 616
Imposto de renda e contribuição social pagos Juros pagos	(356) (1.237)	(1.135) (480)
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	(9.652)	(999)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições ao imobilizado Adições ao ativo de contrato e intangível	(27) (2.357)	(79) (1.167)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	(2.384)	(1.246)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamentos de juros sobre arrendamentos Pagamentos de juros sobre empréstimos e financiamentos	(170) (295)	(177) (321)
Parceria Público-Privada - PPP	11.936	2.460
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	11.471	1.962
Redução líquida no caixa e equivalentes de caixa	(565)	(283)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.051	5.334
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4.486	5.051

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 - Contexto operacional

A Concessionária Águas de Paraty S.A. ("Concessionária"), sociedade anônima de capital fechado, com sede localizada à Rua Lorival Valentim dos Santos, n.º 297, Vila Colonial, no Município de Paraty, Rio de Janeiro - Brasil, controlada pela SAAB - Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A., é uma parceria público-privada patrocinada entre o Município de Paraty (Poder Concedente) e a Concessionária Águas de Paraty S.A. O edital de concorrência pública previa que fosse aberta licitação para que uma empresa – ou um consórcio de empresas – assumisse a gestão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Distrito Sede de Paraty, com ações para implantação da coleta e do tratamento de efluentes, bem como para melhorias na qualidade e na distribuição da água. O Grupo Águas do Brasil foi o vencedor desta concorrência, através do Contrato de Parceria Público-Privada – PPP nº 008/2014, de 04 de fevereiro de 2014, com vigência de 30 anos.

Seu objeto é a gestão integrada dos sistemas e serviços de saneamento básico de água e de esgotos sanitários, dotando a área urbana do distrito sede de Paraty de um novo sistema de esgotamento sanitário e de um sistema de abastecimento de água reestruturado, compatíveis com as necessidades de seus moradores e visitantes. O serviço público de água e esgoto compreende os serviços de operação, conservação, manutenção, modernização, ampliação, exploração e a cobrança direta aos usuários dos serviços, abrangendo, ainda, estudos técnicos, serviços e obras necessários à consecução deste objeto ao longo do período da concessão.

A modalidade de concessão patrocinada definida no edital estabelece que os investimentos ocorram através de recursos próprios e de contraprestações públicas, pagas pelo Poder Concedente. Até 2019, os recursos públicos eram provenientes de contraprestações do FECAM - Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano, da Eletronuclear, bem como pelas contraprestações orçamentárias municipais. No final de 2019 foi assinado o Segundo Aditivo entre a Concessionária e a Prefeitura Municipal de Paraty, objetivando readequar a política tarifária, garantir a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão e substituir o então sistema de garantia pública baseado no Fundo de Parcerias Público Privadas de Paraty por uma nova estrutura assentada na vinculação de receitas de royalties de petróleo.

Os valores de investimentos estimados estão apresentados abaixo:

- Investimentos: s\u00e3o estimados investimentos totais na ordem de R\u00e8 146.165 durante todo o per\u00edodo
 de concess\u00e3o.
- Contraprestações públicas: totalizarão R\$ 141.400 ao longo dos 30 anos de concessão. Esses
 recursos serão aplicados diretamente em infraestrutura, incluindo a implantação e modernização
 dos sistemas de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto e implantação de rede de
 combate a incêndio no Centro Histórico.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Como remuneração pelos serviços, obras e intervenções realizadas no âmbito do contrato, a Concessionária fará jus ao recebimento (i) da receita decorrente da arrecadação das tarifas, de acordo com a estrutura tarifária, as quais serão todas cobradas diretamente dos usuários; (ii) dos preços referentes aos serviços complementares, os quais serão diretamente cobrados dos usuários; (iii) do pagamento da contraprestação orçamentária municipal; (iv) vinculação de receitas de royalties de petróleo; e, ainda, (v) da eventual aferição de receitas extraordinárias.

Findo o prazo da presente concessão, todos os bens públicos e instalações utilizadas pela Concessionária, bem como todas as obras e instalações por ela realizadas para operar plenamente os serviços concedidos, serão revertidos automaticamente para a Prefeitura de Paraty, sem contrapartida financeira.

1.1. Pandemia de Covid-19

A Concessionária possui uma equipe médica, que continua acompanhando as suspeitas e casos de Covid-19, sempre seguindo as orientações das autoridades de saúde para manter a segurança de seus colaboradores e a continuidade de suas operações. Além disso, contam com o programa de vacinação contra a gripe.

A Administração da Concessionária analisou os riscos e incertezas relacionados à pandemia de Covid-19 e não foram identificados impactos relevantes que requeressem ajustes sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos Técnicos ("CPCs"), as Interpretações Técnicas ("ICPCs") e Orientações Técnicas ("OCPCs") do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

Adicionalmente, a Concessionária considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Concessionária preparou essas demonstrações financeiras com base no pressuposto de continuidade operacional. A Administração da Concessionária não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvida significativa sobre a continuidade da Concessionária.

Em 30 de março de 2023, a diretoria executiva da Concessionária autorizou a conclusão destas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Concessionária foram preparadas com base no custo histórico, como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Concessionária.

3. Principais políticas contábeis

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

3.2. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Concessionária. Se o prazo de recebimento é igual ou inferior a um ano, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, através da provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber.

Esta provisão é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Concessionária não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais de vencimento.

O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. No caso de acordos para valores refinanciados, as contas a receber não consideram encargos financeiros, atualização monetária ou multa.

3.3. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de mercado ou os valores líquidos de realização e/ou os de reposição.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os estoques de materiais destinados à construção e melhorias da infraestrutura da concessão são contabilizados no intangível, como parte integrante do contrato de concessão.

3.4. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment), se houver.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos irão fluir para a Concessionária. O valor contábil de itens ou peças substituídas são baixados. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém o controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado.

A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo, e é reconhecida no resultado baseandose no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada grupo de bens, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis econômicas estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Equipamentos de informática	5 anos
Veículos	5 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	25 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados ao final de cada exercício e ajustados, se apropriado, de forma prospectiva.

Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.5. Ativo de contrato

Os bens vinculados à infraestrutura da concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Concessionária de cobrar pelos serviços prestados aos clientes. Assim, os novos ativos são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de aquisição. Após a entrada em operação dos ativos, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos transferidos para o ativo intangível.

3.6. Intangível

a) Sistema de água e esgoto

A Concessionária reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário presente nos contratos de concessão, em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e à Orientação OCPC 05 desse mesmo Comitê (OCPC 05).

O ativo intangível é determinado como sendo o valor da receita de construção auferida na construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Concessionária. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Concessionária.

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

b) Softwares

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados de acordo com a sua vida útil estimada.

3.7. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são registrados de acordo com o CPC 48, que determina a classificação dos ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e (iii) mensurados ao custo amortizado. Dependendo das características de cada instrumento, eles podem ser classificados em resultado financeiro ou em outros resultados abrangentes. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado pela Administração e nas características dos fluxos de caixa contratuais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Concessionária classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias:

Ativos financeiros - custo amortizado

São reconhecidos a custo amortizado, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas especificas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros.

Ativos financeiros - valor justo por meio do resultado

São reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado os ativos que: (i) não se enquadram na classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado; e (iii) são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos.

Ativos financeiros - mensuração inicial

No reconhecimento inicial a Concessionária mensura seus ativos e passivos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro.

Ativos financeiros - mensuração subsequente

- Custo amortizado: esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente a perda de crédito esperada e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago.
- Valor justo por meio do resultado: os ativos classificados dentro desse grupo são contabilizados por meio de reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício.

Passivos financeiros - reconhecimento inicial

Todos os passivos financeiros da Concessionária são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Concessionária incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, passivo de arrendamentos, ônus da concessão e débitos com partes relacionadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivos financeiros - mensuração subsequente

- Custo amortizado: são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetivos, onde ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos ou através do acréscimo da taxa efetiva.
- Valor justo por meio do resultado: são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício.

Desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e
- A Concessionária transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou nem transferindo nem retendo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferindo o controle do ativo.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo montante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

3.8. Perda por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros e não financeiros

Os ativos da Concessionária são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda e, se houver, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso do ativo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Concessionária baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos abrangem o período da concessão.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não foi identificado nenhum evento indicando a não recuperabilidade dos ativos da Concessionária.

3.9. Arrendamentos

A Concessionária avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

A Concessionária como arrendatária

A Concessionária aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, reconhecendo os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e os ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Concessionária reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Concessionária reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Concessionária usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Concessionária aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo, ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra. Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

3.11. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Concessionária tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis a aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesas no período em que são incorridos.

3.12. Tributos

Imposto de renda e contribuição social correntes

A Concessionária adota o lucro real como regime de tributação para apuração do imposto de renda e da contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de duzentos e quarenta mil reais anuais para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Tributos sobre as receitas

As receitas de serviços estão sujeitas à Contribuição para o Programa de Integração Social – PIS, à alíquota de 1,65% e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, à alíquota de 7,60%.

Estes encargos são apresentados como deduções de receita bruta na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados dedutivamente das despesas e receitas operacionais na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado.

3.13. Benefícios a empregados

Os salários, incluindo provisões para férias, 13º salário e os pagamentos complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência.

A provisão para participação nos resultados é constituída de acordo com a competência, sendo contabilizada como despesa operacional.

Plano de previdência privada de funcionários

Os custos do plano de previdência privada, em sua totalidade na modalidade de contribuição definida, são rateados entre os funcionários elegíveis e a Concessionária, participação esta que se inicia na proporção de 50% pelos funcionários e 50% pela Concessionária, percentual que, com o passar do tempo, poderá chegar a 20% para os funcionários e 80% para a Concessionária.

3.14. Provisões

Geral

São reconhecidas quando a Concessionária possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

O Concessionária é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.16. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos financeiros decorrentes de operações de longo prazo ou de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto de mercado da data das transações. Não foram reconhecidos ajustes a valor presente no exercício.

3.17. Receita operacional

i) Receita de prestação de serviços

Receitas relativas ao tratamento e distribuição de água e de coleta e tratamento de esgotamento sanitário. São reconhecidas por ocasião do consumo de água ou da prestação de serviços. As receitas ainda não faturadas, cujos serviços já foram prestados, são reconhecidas com base em estimativas mensais dos serviços completados.

A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se à prestação de serviço de instalações de hidrômetros e ligação e religação de água e é reconhecida no exercício no qual os serviços são prestados.

ii) Receitas de construção

A receita relacionada à construção, compreende obrigações de desempenho referentes a projetos de infraestrutura, de acordo com o contrato de concessão. Dessa forma, a construção da infraestrutura necessária para a distribuição de água e coleta e tratamento de esgotamento sanitário é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente, sendo a correspondente receita reconhecida ao resultado. Para mensuração destas receitas, a Concessionária estima que a margem é irrelevante, considerando-a zero. Portanto, esta receita de construção é mensurada sem adicional de margem sobre o custo de construção.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.18. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem as receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros e multas vinculadas à operação. A receita de juros é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método de taxa de juros efetiva.

As despesas financeiras abrangem substancialmente os juros com empréstimos e financiamentos, juros sobre arrendamentos e descontos concedidos. As despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido.

3.19. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e refletem as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) — Demonstração dos Fluxos de Caixa.

3.20. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022

As normas apresentadas a seguir foram revisadas e passaram a ser aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1° de janeiro de 2022 e, portanto, estão sendo adotadas nestas demonstrações financeiras. A adoção dessas alterações de normas não resultou em impacto relevante sobre as divulgações ou os valores divulgados.

Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1)

As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como:

- Contrato oneroso custos de cumprimento de contrato;
- Ativo imobilizado vendas antes do uso pretendido: e
- Referências à estrutura conceitual.

Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Concessionária. A Concessionária pretende adotar as mudanças para períodos futuros, caso se tornem aplicáveis.

3.21. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão dessas demonstrações financeiras, estão descritas a seguir e todas são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023. A Concessionária pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. CPC 50 - Contratos de seguro

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Essa norma não se aplica a Concessionária.

Alterações ao CPC 26: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

A norma especifica os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: i) o que significa um direito de postergar a liquidação; ii) que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; iii) que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; iv) que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiros da Concessionária.

Alterações ao CPC 23: Definição de estimativas contábeis e divulgação de políticas contábeis

As alterações na norma esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, há o esclarecimento de como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. A Concessionária avaliará o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

Alterações ao CPC 32: Tributos diferidos relacionados a ativos e passivos originados de uma simples transação

As alterações restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiros da Concessionária.

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

<u>Julgamentos</u>

A elaboração das demonstrações financeiras pela Concessionária requer que a Administração adote julgamentos profissionais, estimativas e premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. A incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar à necessidade de ajustes em períodos futuros no valor contábil do ativo ou passivo afetado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

<u>Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão</u>

A concessionária determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa.

Os contratos de arrendamento são avaliados, sob o julgamento de haver a intenção de exercer a opção de renovação ou de rescisão. Nesta avaliação, a Concessionária considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial, a Concessionária reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir.

Estimativas e premissas contábeis

As principais premissas relativas a incertezas nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incertezas nas estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de gerar um ajuste significativo no valor contábil de ativos e passivos no exercício seguinte, são consideradas a seguir:

a) Vida útil dos ativos intangíveis

Os ativos intangíveis das concessões de serviços públicos são amortizados pelo método linear e refletem o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Concessionária, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro.

Os ativos intangíveis têm a sua amortização iniciada quando estão disponíveis para uso, em seu local e na condição necessária para que sejam capazes de operar da forma pretendida pela Concessionária.

b) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber

A provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas nas realizações das contas a receber de clientes, de acordo com os seguintes critérios:

i) Contas vencidas há mais de seis meses

Esses créditos são considerados como perdas assim que atingem seis meses de atraso, até o limite de R\$5, por nota fiscal, de acordo com a Lei nº 9.430/1996 e, a partir de 08/10/2014, até o limite de R\$15, de acordo com a Lei nº 13.097/2015, sendo baixados diretamente de contas a receber contra o resultado.

ii) Contas vencidas há mais de um ano

Esses créditos são considerados como perdas assim que atingem um ano de atraso, de valores acima de R\$5 até R\$30, por operação, de acordo com a Lei nº 9.430/1996 e, a partir de 08/10/2014, de valores acima de R\$15 até R\$100, de acordo com a Lei nº 13.097/2015, sendo contabilizados como despesa, tendo como contrapartida a conta redutora de contas a receber.

iii) Perdas gerenciais

São provisionadas e registradas em conta de resultado, como perdas não dedutíveis para efeito de imposto de renda e contribuição social.

- -Valores até R\$5, vencidas entre 90 e 180 dias, emitidas até 07/10/2014;
- -Valores até R\$15, vencidas entre 90 e 180 dias, emitidas a partir de 08/10/2014;
- -Valores maiores que R\$5, vencidas entre 90 e 365 dias, emitidas até 07/10/2014;
- -Valores maiores que R\$15, vencidas entre 90 e 365 dias, emitidas a partir de 08/10/2014;
- -Valores maiores que R\$30, vencidas há mais de um ano, emitidas até 07/10/2014;
- -Valores maiores que R\$100, vencidas há mais de um ano, emitidas a partir de 08/10/2014.

d) Receita não faturada

As receitas ainda não faturadas representam serviços prestados para os quais ainda não foram realizadas leituras. São reconhecidas com base em estimativas mensais calculadas de acordo com último faturamento de cada ciclo de leitura. Informações adicionais da receita e contas a receber estão descritas nas Notas 3.18 e 7.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de risco financeiro

5.1. Instrumentos financeiros por categoria

A Concessionária efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores justos, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

Os valores contábeis e valores justos dos instrumentos financeiros da Concessionária em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 são como segue:

			31/12/2	022	31/12/2	2021
	Classificação por categoria	Hierarquia do valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros						
Equivalentes de caixa (aplicações financeiras)	Valor justo por meio de resultado	Nível 2	4.450	4.450	5011	5011
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	-	4.045	4.045	3.643	3.643
Passivos financeiros						
Fornecedores	Custo amortizado	-	153	153	180	180
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	-	8.521	8.521	8.806	8.806
Passivos de arrendamento	Custo amortizado	-	904	904	102	102
Ônus da concessão	Custo amortizado	-	6	6	5	5
Débitos com partes relacionadas	Custo amortizado	-	90	90	1.732	1.732

As políticas de gerenciamento de risco da Concessionária são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Concessionária está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Concessionária.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5.2 – Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado de posições detidas pela Concessionária, incluindo as operações sujeitas às taxas de juros e riscos de preços.

Risco de taxas de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Concessionária ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis.

Para suprir eventuais necessidades de caixa para desenvolvimento do negócio, a Concessionária obtém empréstimos e financiamentos em moedas locais, sujeitos à flutuação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") e da Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP"). O risco inerente a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas que impactem seus fluxos de caixa.

A Concessionária também está exposta à flutuação de taxas de juros referentes ao saldo de aplicações financeiras, que são remuneradas com base em percentuais do CDI.

A análise de sensibilidade, dos juros sobre os equivalentes de caixa e empréstimos e financiamentos utilizou as projeções do CDI e TJLP para os próximos 12 meses, este definido como cenário provável, por meio dos relatórios de análise econômica do Itaú. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos nas taxas, são apresentados conforme as tabelas a seguir:

	Risco	Valor contábil	Cenário I provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Ativo Equivalentes de caixa	CDI	4.450	5.052	5.202	5.352
Passivo Empréstimos e financiamentos Empréstimos e financiamentos	CDI TJLP	(469) (8.052)	(532) (8.620)	(548) (8.763)	(564) (8.905)
Passivo líquido		(4.071)	(4.100)	(4.109)	(4.117)
Efeito líquido		=	(29)	(38)	(46)
CDI (a.a.) TJLP (a.a.)			13,52% 7,06%		

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5.3 - Risco de liquidez

É o risco de a Concessionária não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

A abordagem da Concessionária na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Concessionária.

As tabelas abaixo demonstram análise dos vencimentos para os passivos financeiros em aberto, sem os custos de transação relativos às debêntures, em 31 de dezembro de 2022 (valores não descontados):

	Valor Contábil	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Em 31 de dezembro de 2022				
Fornecedores	153	153	-	-
Empréstimos e financiamentos	8.521	8.315	197	9
Passivos de arrendamento	904	153	177	574
Ônus da concessão	6	6	-	-
Débitos com partes relacionadas	90	90	-	<u>-</u>
	9.674	8.717	374	583

	Valor Contábil	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Em 31 de dezembro de 2021				
Fornecedores	180	180	-	-
Empréstimos e financiamentos	8.806	338	8.262	206
Passivos de arrendamento	102	102	-	-
Ônus da concessão	5	5	-	-
Débitos com partes relacionadas	1.732	1.732	-	-
	10.825	2.357	8.262	206

5.4. Gestão de capital

Os objetivos da Concessionária ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo. E, para atingimento desses objetivos, exerce uma gestão financeira e de capital centralizada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Concessionária pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras empresas do setor, a Concessionária monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde aos empréstimos e financiamentos e passivos de arrendamento, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 podem ser assim sumariados:

_	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	8.521	8.806
Passivos de arrendamento (Nota 14)	904	102
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(4.486)	(5.051)
Dívida líquida (a)	4.939	3.857
Total do patrimônio líquido (b)	2.278	512
Total do capital (a+b)	7.217	4.369
Índice de alavancagem financeira - % [a/(a+b)]	68,44%	88,28%

6 - Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e bancos	36	40
Aplicações financeiras	4.450	5.011
	4.486	5.051

Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de liquidez imediata, representados, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário – CDBs, os quais são registrados pelos valores nominais, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

7 - Contas a receber de clientes

As contas a receber correspondem aos serviços de distribuição de água e de coleta e tratamento de esgotos sanitários e são registradas após aferição do consumo efetivo dos serviços, acrescidos de estimativa de receitas oriundas dos serviços que ainda não foram faturados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As contas a receber estão compostas como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Clientes (a)	3.105	2.702
Clientes - parcelamento (b)	918	920
Pontos arrecadadores (c)	22	21
Perdas de créditos das contas a receber	(330)	(376)
	3.715	3.267

- (a) A conta "Clientes" representa o saldo de contas emitidas e ainda não recebidas, além dos valores fornecidos ainda não faturados (ajuste por competência).
- (b) A conta de "Clientes parcelamento" refere-se a acordos firmados entre os clientes e a Concessionária para a quitação de seus débitos.
- (c) Os "Pontos arrecadadores" são agentes arrecadadores que já receberam as contas dos clientes e ainda não repassaram para a Concessionária.

O aging list de contas a receber é composto da seguinte forma:

	31/12/2022	31/12/2021
A vencer		
Faturado	1.368	1.077
Não faturado	800	616
Vencidas		
Até 30 dias	413	369
De 31 a 60 dias	178	214
De 61 a 90 dias	112	150
De 91 a 180 dias	330	376
Mais de 180 dias	844	841
	4.045	3.643

8 - Ativo de direito de uso

		31/12/2022		31/12/2022		31/12/2022 31/12/2021		
		Amortização	ortização Amortização Valor		Valor			
	Custo	acumulada	Valor líquido	Custo	acumulada	líquido		
Imóveis	1.323	(448)	875	351	(263)	88		
	1.323	(448)	875	351	(263)	88		

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação do ativo de direito de uso:

	Saldos em 31/12/2021	Adições	Amortização	Saldos em 31/12/2022
Imóveis	88	972	(185)	875
_	88	972	(185)	875

	Saldos em 31/12/2020	Adições	Amortização	Saldos em 31/12/2021
Imóveis	234	39	(185)	88
	234	39	(185)	88

9 - Imobilizado

			31/12/2022		31/12/2021
	Taxa de depreciação anual	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Equipamentos de informática	20%	355	(222)	133	173
Veículos	20%	71	(46)	25	38
Máquinas e equipamentos	10%	30	(18)	12	15
Móveis e utensílios	10%	196	(118)	78	79
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4%	107	(42)	65	70
		759	(446)	313	375

Movimentação do imobilizado

	Saldos em 31/12/2021	Adições	Depreciação	Saldos em 31/12/2022
Equipamentos de informática	173	10	(50)	133
Veículos	38	-	(13)	25
Máquinas e equipamentos	15	-	(3)	12
Móveis e utensílios	79	17	(18)	78
Benfeitorias em imóveis de terceiros	70	-	(5)	65
	375	27	(89)	313

	Saldos em 31/12/2020	Adições	Depreciação	Saldos em 31/12/2021
Equipamentos de informática	145	70	(42)	173
Veículos	51	-	(13)	38
Máquinas e equipamentos	18	-	(3)	15
Móveis e utensílios	88	9	(18)	79
Benfeitorias em imóveis de terceiros	74	-	(4)	70
_	376	79	(80)	375

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10 - Ativo de contrato

	31/12/2022	31/12/2021
Infraestrutura em construção	3.796	1.576
	3.796	1.576

Movimentação do ativo de contrato:

	Saldos em 31/12/2021	Adições	Transferências	Saldos em 31/12/2022
Infraestrutura em construção	1.576	2.246	(26)	3.796
	1.576	2.246	(26)	3.796
	Saldos em 31/12/2020	Adições	Transferências	Saldos em 31/12/2021
Infraestrutura em construção	835	743	(2)	1.576
	835	743	(2)	1.576

As transferências ocorridas no exercício de 2022 e 2021 referem-se a movimentações entre o intangível e o ativo de contrato.

11 - Intangível

			31/12/2022		31/12/2021
	Taxa de amortização anual	Custo	Amortização acumulada	Valor líguido	Valor líquido
					nquiuo
Softwares e aplicativos	20%	211	(199)	12	-
Concessão/Infraestrutura		2.095	(445)	1.650	1.661
		2.306	(644)	1.662	1.661

Os valores reconhecidos na linha de concessão/infraestrutura representam o valor de custo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão e sua respectiva amortização acumulada, calculada com base no prazo do contrato de concessão, sendo esse montante em 31 de dezembro de 2022 composto pelos seguintes ativos:

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		31/12/2022		31/12/2021
		Amortização	Valor	Valor
	Custo	acumulada	líquido	líquido
PMI - Proposta de Manifestação de Interesse	601	(171)	430	451
Estação de Tratamento de Água - ETA	190	(38)	152	159
Reservatório	9	(1)	8	8
Substituição/Expansão de rede de água	131	(20)	111	111
Ligação de água	87	(11)	76	58
Ligação de esgoto	62	(7)	55	58
Substituição/Expansão de rede de esgoto	177	(27)	150	158
Elevatória - esgoto	5	(1)	4	5
Emissário	19	(2)	17	18
Benfeitorias em imóveis de terceiros	7	(1)	6	6
Máquinas e equipamentos	807	(166)	641	629
	2.095	(445)	1.650	1.661

Movimentação do intangível:

Softwares e aplicativos	Saldos em 31/12/2021	Adições 14	Amortização (2)	Transferências -	Saldos em 31/12/2022 12
Concessão/Infraestrutura	1.661	97	(134)	26	1.650
	1.661	111	(136)	26	1.662
	Saldos em 31/12/2020	Adições	Amortização	Transferências	Saldos em 31/12/2021
Concessão/Infraestrutura	1.329	424	(94)	2	1.661
	1.329	424	(94)	2	1.661

As transferências ocorridas no exercício de 2022 e 2021 referem-se a movimentações entre o intangível e o ativo de contrato.

12 - Fornecedores

Os fornecedores estão assim representados:

	31/12/2022	31/12/2021
Mercadoria	123	8
Serviços	14	14
Infraestrutura	-	51
Outros	16	107
Total	153	180

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13 - Empréstimos, financiamentos e arrendamentos

Linha de Crédito	Indexador	Juros	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos e Financiamentos				
FINAME PSI (a)	TJLP e TLP	taxa entre 4,40% e 6,11% a.a.	469	766
Capital de giro (b)	CDI	2,03% a.a.	8.052	8.040
Total de Empréstimos e Financiamentos			8.521	8.806
Circulante			8.315	338
Não circulante			206	8.468
Arrendamentos				
Arrendamentos direito de uso (c)			904	102
Circulante			153	102
Não circulante			751	-
Endividamento total			9.425	8.908
Endividamento total - Circulante			8.468	440
Endividamento total - Não circulante			957	8.468

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e arrendamentos é como segue:

Empréstimos e financiamentos	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	8.806	9.094
Juros e encargos financeiros	1.175	498
Amortização de principal	(295)	(321)
Amortização de juros	(1.165)	(465)
Saldo final	8.521	8.806

Arrendamentos	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	102	238
Adições	972	39
Juros e encargos financeiros	72	17
Amortização de principal	(170)	(177)
Amortização de juros	(72)	(15)
Saldo final	904	102

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As parcelas de longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamento:

	Empréstimos e fi	inanciamentos
	31/12/2022	31/12/2021
	Dívida	Dívida
2023	-	8.262
2024	197	197
2025	9	9
	206	8.468

	Arrenda	amentos
	31/12/2022	31/12/2021
	Dívida	Dívida
2024	177	-
2025	205	-
Após 2025	369	
	751	-

(a) A linha de crédito FINAME PSI é composta por contratos obtidos nos exercícios de 2014 a 2018 junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e somam R\$ 2.892 de valor contratado. Estes contratos foram celebrados com carência de 24 (vinte e quatro) meses para início da amortização do principal, com pagamento de juros trimestrais durante o período de carência e, após, com pagamentos mensais, com vencimentos finais entre 2023 e 2025.

Estas operações tiveram como objetivo a aquisição de máquinas e equipamentos operacionais, com a finalidade de expandir, modernizar e reforçar a infraestrutura para dar suporte à operação da Concessionária e são amparadas por alienação fiduciária dos bens e aval/notas promissórias avalizadas por Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. (controladora).

- (b) Em dezembro de 2019 a Concessionária contratou empréstimo de capital de giro no valor de R\$ 8.000. Este contratado foi amparado por aval prestado por Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A., com vencimento para 2021. O contrato foi aditado e o vencimento prorrogado para dezembro de 2023.
- (c) O ativo de direito de uso decorrente de contratos de arrendamento está apresentado na Nota 8.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14 - Obrigações tributárias

Os impostos e contribuições estão assim representados:

	31/12/2022	31/12/2021
PIS/COFINS/CSLL retidos	8	8
ISS	22	4
IRRF	27	23
PIS	27	17
COFINS	123	79
IRPJ	16	-
CSLL	14	-
	237	131

15 - Imposto de renda e contribuição social

a) Conciliação da taxa efetiva:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	2.282	2.221
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social - alíquotas vigentes	(776)	(755)
(Adições) exclusões no cálculo do tributo		
Permanentes (despesas indedutíveis)	(12)	-
Créditos fiscais sobre despesas temporárias não contabilizados	(3)	60
Créditos fiscais sobre prejuízos fiscais não contabilizados	237	208
Efeito referente a alíquota de adicional do imposto de renda	24	24
Incentivo cultural - (Lei nº 8.313/91 - art. 18)	-	8
Incentivo empresa cidadã (Lei nº 11.770/08)	4	1
Programa de Alimentação do Trabalhador (9.580/2018)	10	9
Total do imposto de renda e da contribuição social	(516)	(445)
Alíquota efetiva	22,61%	20,04%

16 - Provisão para contingências

As provisões para contingências são constituídas para fazer face às perdas em processos judiciais e administrativos, os quais, quando aplicável, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes destes processos são baseadas na opinião do departamento jurídico da Concessionária e de seus assessores legais. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As provisões, estão assim demonstradas:

	31/12/2022	31/12/2021
Cíveis		2
Total	-	2

Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Concessionária está envolvida em ações para as quais possui expectativas de perdas possíveis, apresentando como posição dos passivos contingentes em 31 de dezembro de 2022 os valores de R\$ 711 para contingências cíveis (R\$ 625 em 31 de dezembro de 2021) e R\$ 330 para contingências trabalhistas (R\$ 298 em 31 de dezembro de 2021).

17 - Partes relacionadas

Remuneração de pessoal chave da Administração

Os diretores são as pessoas chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Concessionária. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram pagos pela Concessionária o montante total de R\$ 3 (R\$ 7 em 31 de dezembro de 2021). Abaixo os valores estão segregados por natureza:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Remuneração	2	5
Encargos sociais	1	2
	3	7

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não foi pago valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho. Resumo das transações com partes relacionadas:

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2022	31/12/2021
Ativo circulante:		
Créditos com partes relacionadas (a) Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	47	7
Consórcio Costa Verde	-	313
Total do ativo circulante	47	320
Passivo circulante:		
Débitos com partes relacionadas (a)		
Çonsórcio Costa Verde	-	1.674
Aguas das Agulhas Negras S.A.	1	-
Aguas da Condessa S,A.	1	-
Soluções Ambientais Aguas do Brasil Ltda.	88	58
Total do passivo circulante	90	1.732
Resultado com partes relacionadas	31/12/2022	31/12/2021
Despesas		
Contrato de gestão (Mangement Fee)(a)		
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	(635)	(512)
Total resultado com partes relacionadas	(635)	(512)

⁽a) Os saldos decorrem de transações entre concessionárias do mesmo grupo econômico, vinculadas à compra e venda de materiais ou das prestações de serviços, oriundos do: i) contrato de fruição de utilidades comuns com a Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda., resultando na estrutura de Unidade de Administração Central (UAC) para as áreas de finanças, planejamento, recursos humanos, tecnologia da informação e logística; ii) do contrato de gestão centralizada (*Management Fee*) com a Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.

18 - Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito por Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. é de R\$ 20.744 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 20.744 em 31 de dezembro de 2021) e o capital a integralizar é de R\$ 930, perfazendo R\$ 19.814 de capital realizado, e está representado por 20.743.852 (vinte milhões setecentas e quarenta e três mil oitocentas e cinquenta e duas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19 - Receita líquida

	31/12/2022	31/12/2021
Receita de prestação de serviços	14.484	11.930
Receita de construção	10.228	1.718
Cancelamentos	(27)	(23)
Receita Bruta	24.685	13.625
Deduções da receita bruta:		
PIS e COFINS sobre serviços	(1.301)	(1.072)
Descontos concedidos	(389)	(318)
Receita líquida	22.995	12.235

20 - Custos dos serviços prestados

	31/12/2022	31/12/2021
Taxas de recursos hídricos e ambientais	(138)	(125)
Ônus da concessão	(61)	(53)
Energia elétrica	(120)	(138)
Custo de construção	(10.228)	(1.718)
Materiais aplicados nos serviços	(562)	(324)
Salários e benefícios a empregados	(2.717)	(2.301)
Utilização de imóveis e telefonia	(1)	(33)
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	(394)	(346)
Serviços de terceiros	(600)	(628)
Depreciações e amortizações	(118)	(82)
Outros custos	(48)	(14)
	(14.987)	(5.762)

21 - Despesas gerais e administrativas

	31/12/2022	31/12/2021
Salários e benefícios a empregados	(2.321)	(2.024)
Utilização de imóveis e telefonia	(100)	(111)
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	(206)	(125)
Serviços de terceiros	(1.761)	(1.525)
Despesas com contencioso	(26)	-
Impostos, encargos, taxas e contribuições	(62)	(120)
Depreciações e amortizações	(263)	(253)
Provisão perdas de crédito das contas a receber	(389)	(353)
Reversões de contingências	1	43
Outras despesas	(560)	(486)
	(5.687)	(4.954)

22 - Outras receitas operacionais

	31/12/2022	31/12/2021
Subsídios tarifários - PPP	620	798
Outras receitas operacionais	21	38
	641	836

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23 - Resultado financeiro

São compostas como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras Rendimentos com aplicações financeiras PIS e COFINS sobre receitas financeiras Juros e multas vinculadas à operação Variação monetária sobre outros ativos Outras receitas financeiras	582 (44) 350 2	207 (26) 340 - 6
	890	527
Despesas financeiras		
Juros com empréstimos e financiamentos	(1.175)	(498)
Juros sobre arrendamentos	(67)	(17)
Tributos sobre operações financeiras	(1)	(1)
Descontos concedidos	(318)	(138)
Outras despesas financeiras	(9)	(7)
·	(1.570)	(661)
Resultado financeiro	(680)	(134)

24 - Seguros

O Grupo Águas do Brasil adota a política de contratar cobertura de seguros de forma global para riscos de engenharia, patrimoniais, ambientais e de responsabilidade civil dos administradores (D&O), entre outros, especificamente associados à natureza de sua atividade. Os seguros contratados possuem cobertura sobre construção, fornecimento ou prestação de serviços. A cobertura em 31 de dezembro de 2022 está apresentada a seguir:

Ramos	Vigência das apólices	Importâncias seguradas
Responsabilidade civil geral	17/01/2023 a 17/01/2024	13.000
Risco de engenharia e responsabilidade civil obras	31/12/2022 a 31/12/2023	80.813
Riscos operacionais	30/12/2022 a 17/01/2024	75.000
Riscos ambientais	22/12/2022 a 22/12/2023	5.000
Garantia de concessão	14/04/2022 a 14/04/2023	2.893
Seguro empresarial	01/09/2022 a 01/09/2023	10.000
Administradores	27/09/2022 a 27/09/2023	50.000

25 - Transações que não envolvem caixa

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Concessionária realizou as seguintes atividades que não envolveram caixa e, portanto, foram excluídas da demonstração dos fluxos de caixa:

	31/12/2022	31/12/2021
Adição de direito de uso	(972)	(39)
	(972)	(39)